



TCHOTA-ANGOLA 2018
III Conferência Nacional sobre Recursos Naturais em Angola
“Recursos Naturais: Uma bênção Para Todos”
Auditório da Mediateca de Luanda, 28, 29 e 30 de Agosto de 2018

DECLARAÇÃO FINAL

Angola é um país com solos e subsolo ricos em recursos naturais, com uma grande variedade de minerais tais como inertes, granitos, diamantes, ouro, ferro, cobre, petróleo e gás. Desde a independência que a exploração do petróleo foi crescendo cada vez mais e tomou absoluta preeminência sobre a agricultura e a indústria, bem como sobre outros recursos minerais e muitos deles foram ignorados ou inviabilizados pela guerra civil que atingiu as áreas da sua exploração. O petróleo tornou-se uma monocultura que representa 95% das exportações do país, 45% do PIB e 75% das receitas do Orçamento Geral do Estado.

A economia angolana é completamente dependente do petróleo (1,65 milhões de barris/dia) e particularmente da volatilidade dos preços deste no mercado internacional. A crise destes preços mergulhou o país numa crise económica e social sem precedentes. No entanto, o país é o quarto maior produtor de diamantes do mundo (e o terceiro, em África, depois do Botswana e da África do Sul) com uma produção estimada em 6,5 milhões de quilates (11% da produção mundial) num valor de cerca de US \$600 milhões. Para além de vários outros mineiros que se encontram sob extração tais como inertes, calcário, granito, gesso, mármore, sal, ouro, cobre, fosfatos e outros de que não se sabe, ao certo, qual a sua real contribuição para a economia do país. O que faz de Angola o segundo país com menos diversificação económica, no mundo, e o mais dependente de recursos extractivos, na África Subsaariana.

A distribuição da riqueza nacional gerada pela exploração do petróleo, do gás e de outros minerais, pelos seus cerca de 30 milhões de habitantes, é prejudicada pela corrupção e pelo mau ambiente de negócios no país.

Neste contexto, o grupo de organizações da sociedade civil sobre os Recursos Naturais em Angola, designadamente Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA), Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Centro de Estudos Africanos da Universidade Católica de Angola (CEA-UCAN), Mãos Livres (ML), Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário de Angola (AJUDECA), Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), Associação Construindo Comunidade (ACC), Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango, Inclusão, Tecnologias e Ambiente (MBAKITA), Acção Comunitária para o Desenvolvimento de Angola (ACDA) e MOSAIKO – Instituto para a cidadania - sob a liderança desta última e com o apoio financeiro da Ajuda das Igrejas da Noruega (NCA) e da Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA), realizou nos dias 28, 29 e 30 de Agosto de 2018, na cidade de Luanda, no auditório da Mediateca de Luanda, a 3ª Conferência Nacional sobre Recursos Naturais em Angola, “TCHOTA-

ANGOLA 2018”, subordinada ao tema “Recursos Naturais: Uma bênção Para Todos” e visou os seguintes objectivos:

1. Dar a conhecer as boas práticas sobre tributação de fluxos financeiros e combate à evasão fiscal na exploração de recursos naturais.
2. Divulgar a experiência das comunidades das zonas afectadas pela exploração de recursos naturais;
3. Advogar para as comunidades uma maior justiça e mais benefícios da exploração de recursos naturais.

A conferência teve 279 participantes, oriundos das províncias de Cabinda, Zaire, Bié, Huila, Benguela, Luanda, Malanje, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Cuando-Cubango e Moxico, em representação de comunidades afectadas por acções de extracção de recursos naturais, de associações de desenvolvimento e defesa de direitos e instituições públicas e privadas, nomeadamente ABECC, ACDA, AFOFSB, AJELA, AALSIDA, AMIFADA, ARWSEPE, , ATM, BD, Catequistas Franciscanas, CBA, Comissões Justiça e Paz de Cafunfo, Cuango e Dundo, CVA-Cuito, Diocese do Dundo, DRC, Federação Luterana Mundial, FCS, Fórum da Educação, Handeka, IGEO IMEL, Instituto Geológico, ISCED-Luanda, ISIA, JEA, Mpalabanda, Mulher Raiz da Vida, NAÇÃO VERDE, People in Need, PFLUAN, Rede Terra, SECAM, Sub-núcleo dos Direitos Humanos da Cassinda, UAN (FSC), UBUNTU, UCAN, UNDSKA, UTKA, Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Ministério do Ambiente e de organizações da África do Sul (Bench M. Foundation), Zimbabwe (ZCET E AFRODAD) e Zâmbia (CSPR). Assistiram também aos actos de abertura e de encerramento os representantes da Embaixada do Reino da Noruega e do PNUD.

A sessão de abertura contou com as intervenções do frei Júlio Candeeiro, da Mosaiko, reverendo Daniel Ntoni-a-Nzinga, do CICA e de Manuel Pembele, da AJUDECA. Frei Júlio Candeeiro, ao dar as boas-vindas a todos os participantes realçou a suma importância do Tchota como espaço de diálogo, debate e concertação sobre os recursos naturais e sua exploração, sobre a gestão responsável dos mesmos por parte de todos, em particular dos decisores públicos. Sublinhou ainda a importância do envolvimento e participação das comunidades nos processos de decisão através de consulta prévia, informada e atempada.

O reverendo Daniel Ntoni-a-Nzinga enfatizou o apego negativo do Homem (mulheres e homens) aos bens materiais, incentivando os presentes a empregarem os bens da natureza que são uma bênção de forma útil e apenas na medida das suas necessidades, partilhando-os com os seus semelhantes. Sublinhando também a imperiosa necessidade de se alicerçar as relações sociais com base em valores éticos e de justiça social para a boa vivência e convivência de todos.

Manuel Pembele fez a apresentação do Tchota enfatizando a sua importância como espaço de debate e partilha sobre a exploração dos recursos naturais no país e sobre a sua participação na rede de organizações do continente, o INDABA.

A conferência, após o acto de abertura, discutiu seis temas. Três temas, no primeiro dia, sobre (1) “O papel da Justiça Tributária e o Combate à Evasão Fiscal no Sector da Exploração de recursos Naturais”, apresentado por Arsénio Pinto; (2) “Gestão e Aplicação Tributária nos Petróleos, Diamantes, Madeira e outros”, apresentado por Rosado de Carvalho; (3) “Partilha de Experiências de Influência da OSC para a Transparência e para fazer do Bem-estar das Comunidades Afectadas pela Exploração dos Recursos Naturais uma Prioridade [África do Sul, Zimbabwe e Zâmbia]” apresentado por Hassen Logart e Aadam Judas Phiri. E, outros três temas, no segundo dia, sobre (4) “O Código Mineiro Angolano e Visão Mineira Africana: convergências e divergências”, apresentado por Filomeno Vieira Lopes; (5) “A Exploração dos Recursos Naturais na Perspectiva dos Direitos Humanos em Angola”, apresentado por Hermenegildo Teotónio e (6) “Benefícios e

Malefícios da Exploração dos Recursos Naturais”, em grupos de trabalho. O terceiro dia da conferência foi dedicado ao lançamento da campanha *Make it Happen* e a leitura e discussão da Declaração Final. Participaram no acto de lançamento *Make it Happen* o Reverendo Ntony Nzinga, do CICA, Nelson João, do NCA e o Bispo da Lunda-Norte, Dom Estanislau Tchindecasse, representado pelo padre António Macoco Muiamba

Perante a crescente preocupação com o constante agravamento da pobreza, da desigualdade e do seu impacto negativo no país de forma geral e, em particular, nas comunidades, onde aumentam, cada vez mais, o número de crianças fora do sistema de ensino, as carências materiais e humanas no sistema de saúde e a falta de acesso à água potável e ao saneamento básico, os conferencistas concluíram e recomendaram o seguinte:

(conclusões)

1. O sector mineiro é bastante partidarizado, o que impede a aplicação de programas que visem proporcionar desenvolvimento sustentável e prestação de serviços básicos de qualidade às comunidades afectadas pela exploração dos recursos naturais;
2. É constante o agravamento das condições sociais, com o desemprego à cabeça e o aumento da tributação sobre o consumo, o património ou o rendimento apelam à prática da fraude e da evasão fiscais, provocando a diminuição das receitas fiscais do Estado e a sobrecarga fiscal dos contribuintes cumpridores, o que se vem juntar às grandes fragilidades no sistema de administração fiscal em todo país, que proporcionam condições para a fuga de capitais dos principais contribuintes, particularmente no sector da indústria extractiva de recursos naturais;
3. Nas regiões de exploração mineira do país há fortes impactos negativos ambientais e as comunidades circunvizinhas vivem em extrema miséria e sem acesso a serviços básicos (saúde, educação, saneamento básico, emprego, água potável e energia);
4. Continua-se a assistir conflitos nas zonas da indústria extractiva entre empresas e comunidades e entre comunidades e instituições do Estado, por falta de retorno em relação ao que é extraído em benefícios directos para as comunidades locais;
5. As empresas extractivas, em áreas da indústria mineira, têm sido um motor de conflitos entre comunidades, de instrumentalização de alguns Sobas e de violação dos direitos humanos;
6. Não há ética empresarial e nem transparência na gestão e aplicação dos recursos tributados a favor das comunidades, como um valor, podendo assim contribuir no combate a corrupção, branqueamento e fuga de capitais;
7. O combate a corrupção e fuga de capital no sector mineiro, não se resume simplesmente na aprovação de leis, mas sim na tomada de medidas concretas, proativas, em termos político e administrativas num efectivo processo de educação cívica para uma cultura de renúncia a este fenómeno;
8. As leis e os regulamentos angolanos para o sector mineiro fogem ao espírito da Visão Mineira Africana, sobretudo nas questões de transparência, prestação de contas, envolvimento das comunidades nos processos de decisão. São bons planos de intenções com dificuldade de serem implementados e aplicados de forma correcta;

9. Os momentos de crise podem ser boas oportunidades para a sociedade civil tomar atitudes e fazer exigências aos governos e reguladores do sector mineiros nos diferentes países africanos, como foi o caso do choque petrolífero de 2008-2009 que proporcionou a oportunidade da revisão do Código Mineiro, em 2011.
10. A exploração de recursos naturais tem efeitos directos no acesso aos direitos fundamentais, tem impacto no meio ambiente e no equilíbrio ecológico, retira a dignidade a muitas comunidades, que acabam por sofrer os efeitos da exploração de mão-de-obra e destruição do meio ambiente e biodiversidade, tem impacto directo no desenvolvimento sustentável das regiões onde existem recursos naturais.

(recomendações)

1. Criar uma plataforma nacional quadripartida de concertação que inclua as comunidades e seus representantes directos, as empresas do sector, as Organizações da Sociedade Civil e as instituições políticas que representam o Estado, no sentido de criar a Visão Mineira Angolana e elaborar a Estratégia de Acção Comum para boa gestão dos recursos mineiras
2. Reconhecer às populações o direito de acesso aos recursos locais, que devem ser geridos no interesse das pessoas afectadas pela actividade extractiva e aceitar a ideia da participação das comunidades no processo de decisão, pela sua auscultação e inclusão;
3. Rever as leis no sentido de clarificar e organizar de forma séria o sector mineiro, tendo em conta os interesses das pessoas e das comunidades locais, nomeadamente o Código Mineiro e sua regulamentação;
4. Acabar com a falta de transparência das empresas públicas do sector da indústria mineira (nomeadamente Sonangol e Sodiam) que não têm cultura de prestação de contas e não justificam as percentagens (5 a 7%) que recebem enquanto concessionárias;
5. Redobrar a vigilância em relação as empresas do sector mineiro que mudam constantemente de tática para fugir a pagar os impostos e que não assumem a sua responsabilidade social em termos de investimento junto das comunidades que vivem nas áreas de indústria extractiva, nem a responsabilidade ambiental com a reposição de solo e reflorestação e a pronta indemnização das comunidades vítimas de calamidades e desastres ecológicos provocados pela sua actividade;
6. Tornar mais efectiva a aplicação no país da política internacional das minas e nomeadamente a visão das minas em África, adoptada em 2009, melhorando o ambiente de negócio, tornando-o propicio a atrair investidores que possam proporcionar desenvolvimento sustentável das comunidades;
7. O Executivo deve mostrar-se aberto às empresas que queiram investir no sector mineiro, privilegiando aquela que nos seus projectos mais beneficiem as comunidades locais;
8. O Instituto Angolano de Normalização e Qualidade (IANORQ) deve criar uma certificação nacional das empresas mineiras que cumprem as suas responsabilidades em relação à responsabilidade social, às normas anticorrupção e à defesa do ambiente e tornar obrigatório a apresentação, no momento do concurso de concessão, a apresentação das

certificações SA 8000 (responsabilidade social), ISO 37001 (anticorrupção), ISO 14001 (responsabilidade ambiental) ou outras equivalentes que devem ser actualizadas e divulgadas publicamente com regularidade durante a vigência da licença de exploração;

9. Criar uma boa conexão entre a exploração mineira e a diversificação da economia, pelo investimento na agricultura, avicultura, pecuária e piscicultura;
10. O Tchota- Angola deve promover a realização de um estudo sobre o sector mineiro dos diamantes em todas as suas envolvências;
11. O Tchota- Angola deve alargar a sua participação nas redes das associações africanas para aumentar a pressão sobre as empresas e governos, a nível continental e global, em relação a exploração dos Recursos Naturais;
12. O Tchota-Angola deve promover a criação de programas de educação ambiental nas comunidades, com o envolvimento da comunicação social e das OCB;
13. O Tchota- Angola impulsionará no País a campanha Make it Happen, como parte da sociedade civil da Região Austral para contribuir pela Justiça Tributária
14. O Tchota- Angola deve encaminhar esta declaração ao Presidente da República.

Luanda, 30 de Agosto de 2018,

O Tchota, III Conferência Nacional sobre Recursos Naturais em Angola.